



Revista de Administração da Unimep
E-ISSN: 1679-5350
gzograzian@unimep.br
Universidade Metodista de Piracicaba
Brasil

Giglio, Ernesto M.; Sacomano Neto, Mário
ENSAIO SOBRE O PARADIGMA DA SOCIEDADE EM REDE: ASPECTOS TEÓRICOS,
METODOLÓGICOS E APLICATIVOS.
Revista de Administração da Unimep, vol. 14, núm. 1, enero-abril, 2016, pp. 30-53
Universidade Metodista de Piracicaba
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273745301002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ENSAIO SOBRE O PARADIGMA DA SOCIEDADE EM REDE: ASPECTOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E APLICATIVOS.

ESSAY ON THE PARADIGM OF NETWORKED SOCIETY: THEORETICAL, METHODOLOGICAL AND MANAGEMENT ASPECTS.

Ernesto M. Giglio (UNIP) *ernesto.giglio@gmail.com*

Mário Sacomano Neto (Universidade Federal de São Carlos) *msacomano@ufscar.br*

Endereço Eletrônico deste artigo: <http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/editor/submissionEditing/632#scheduling>

Resumo

O ensaio analisa e discute os princípios dos três paradigmas sobre redes, com consequências nas teorias e metodologias deles decorrentes. O primeiro paradigma valoriza os princípios racionais e econômicos; o segundo os aspectos sociais e o terceiro a sociedade organizada na forma de rede. Faz-se uma análise e discussão sobre as vantagens e dificuldades de cada um, concluindo-se que o paradigma da sociedade em rede é mais capaz de explicar o fenômeno das ações coletivas, quando comparado aos outros dois. Um paradigma é como uma lente, um limite para abordar um fenômeno. O paradigma será dominante quando a maioria dos cientistas, pesquisadores e gerentes aceita e reproduz seus princípios. Em fenômenos novos, ou complexos, como é o caso das redes de negócios; pode ocorrer que vários paradigmas estejam sendo utilizados, sem haver um dominante. Nesses casos, pode ser útil comparar as vantagens de cada um. Para realizar a tarefa utilizaram-se os princípios que caracterizam um paradigma: A natureza humana; a afirmativa básica sobre redes; exemplos de teorias e autores mais referenciados; objeto e objetivos de estudo mais frequentes; metodologia da estratégia de pesquisa e técnicas de investigação dominantes; linha geral da discussão nas conclusões e linha geral das críticas contra o paradigma. Realizada a comparação foi possível afirmar-se as vantagens do paradigma da sociedade em rede, entre elas a aproximação das explicações com os fatos contemporâneos; uma maior coerência lógica entre seus postulados; indissociabilidade entre as variáveis sugerindo que elas não sejam isoladas; maior capacidade de explicar os constructos de liderança e comprometimento; solução da divisão entre *dentro* e *fora* da rede; definição mais clara e distinta do objeto de investigação; indicação de um

possível caminho de solução do dilema entre estrutura e dinâmica e validade de escolha de sujeitos de pesquisa. Para exemplificar o tema apresentam-se os resultados de pesquisas sobre as vantagens teóricas, metodológicas e de aplicação do paradigma da sociedade em rede. Uma contribuição do trabalho é indicar um possível caminho para a construção de uma teoria mais unificada sobre redes de negócios, cujo campo encontra-se hoje multifacetado por várias teorias advindas de outras ciências de apoio da Administração, como a Sociologia e a Economia, inclusive algumas até distantes do foco das ações coletivas. Outra contribuição do trabalho é mostrar as consequências facilitadoras para a realização de pesquisas quando se utilizam os princípios do paradigma da sociedade em redes, tal como a validade de se iniciar a coleta em qualquer empresa e construir a rede de relações.

Palavras chave: Redes, Sociedade em Rede, Paradigma Social

Abstract

The essay investigates and discusses the principles of the three paradigms on networks, with the consequences on the theories and methodologies. The first paradigm values the rational and economic principles; the second values the social principles and the third affirm the networked society. It is done an analysis and discussion on the advantages and weakness of each one, defending the paradigm of networked society as being more able to explain the phenomenon of collective actions, when compared to the other two. A paradigm is like a lens, a limit to address a phenomenon. One paradigm is dominant when most scientists, researchers and managers accepts and replay its principles. In new phenomena, or complex, as is the case of business networks; it may happen that various paradigms are being used, with no one dominant. In such cases it may be useful to compare the benefits of each. To accomplish the task were used the principles that characterize a paradigm: Human nature; basic statement about networks; Examples of theories and most referenced authors; Object and objectives more frequent in studies; Methodology research strategy and dominant investigative techniques; General line of discussion on the findings and main line of criticism of the paradigm. Performed the comparison was possible to state the advantages of the networked society paradigm, including the approximation of explanations with current events; greater logical consistency between its postulates; inseparability between variables suggesting that they are not isolated; greater ability to explain the constructs of leadership and commitment; the solution of the division between inside and outside the network; indicating a possible way to solution the dilemma between structure and dynamics; the distinct definition of the object

of research and the validity of choice of subjects. To illustrate the theme it is presents the research findings that support the methodological and theoretical advantages of the paradigm of networked society. A contribution of the paper is to indicate a path for future construction of a more unified theory of business networks, whose course is now multifaceted by various theories arising from some supporting sciences such as Sociology and Economics, some of them even away from the focus of collective actions. Another contribution of the work is to show the consequences facilitators to conduct research when using the principles of networking paradigm, such as the validity of the collection at any company and build the network of relations

Key-words: Network, Networked Society, Social Paradigm.

Artigo recebido em: 17/05/2014

Artigo aprovado em: 11/04/2015

1. Introdução

O objetivo do ensaio é comparar os paradigmas de redes e, ao final, concluir que a linha do argumento de uma sociedade em rede é mais capaz para explicar fenômenos coletivos e oferece algumas vantagens teóricas, metodológicas e de aplicação na realização de pesquisas; principalmente sobre a seleção de sujeitos. Adotando-se uma perspectiva multiparadigmática, coloca-se como tarefa explorar as diferentes visões da sociedade em rede, como formas de análise e formas de coordenação.

Conforme Kuhn (1975) paradigma é um conjunto de princípios, regras e modelos explicativos sobre um determinado campo do conhecimento que orienta as pesquisas daquela área. Trabalhos científicos que recuperam o pensamento dominante sobre um campo podem ser capazes de revelar o paradigma e as regras que guiam as pesquisas. A repetição das regras dominantes acaba transmitindo um conhecimento tácito, gerando reproduções do paradigma.

Dessa forma, um paradigma é como uma lente, um limite para abordar um fenômeno. O paradigma será dominante quando a maioria dos cientistas e pesquisadores aceita e reproduz seus princípios. Em fenômenos novos, ou complexos, como é o caso das redes de negócios; pode ocorrer que vários paradigmas estejam sendo utilizados, sem haver um dominante. Se um paradigma que é utilizado num determinado campo de fenômenos for aplicado em fenômenos de outra natureza, podem ocorrer problemas e limites e o paradigma

será revisto, ou mesmo abandonado. Afirmar-se que no fenômeno de redes existem vários paradigmas que orientam as explicações.

A discussão sobre o fenômeno de redes tem se avolumado nas últimas décadas, principalmente sobre os conceitos fundamentais; sobre a unidade de estudo e sobre as formas de se pesquisar as redes (DWYER, SCHURR, OH, 1987; NOHRIA, ECLES, 1992; GULATI, 1998; HAKANSSON, SNEHOTA, 1995; EBERS, JARILLO, 1998; CASTELLS, 1999; PEREIRA, 2002; VERSHOORE, BALESTRIN, 2006; RAAB, KENIS, 2009; CINER, BODIN, 2010; GLASBERGEN, 2010).

As teorias de redes, como formas de coordenação, iniciaram com alguns estudos econômicos, como as aglomerações italianas e o sistema Toyota; difundiram-se na década de 1980, com o movimento de fusões e aquisições e aos poucos foi incorporando os conceitos das redes sociais, criando generalizações de que todas as organizações operam em redes (NOHRIA, ECLES, 1992). Nas duas últimas décadas a visão se estendeu aos arranjos de coordenação dos programas do governo, principalmente na saúde, turismo e agricultura familiar, criando vínculos com teorias institucionais (KENIS, SCHNEIDER, 1991).

O leque de teorias aplicadas ao fenômeno de redes mostra que ainda não há um paradigma dominante. Conforme Kuhn (1975), isto ocorre quando os conhecimentos não são convergentes o suficiente para se estabelecerem pontos de partida aceitos pela maioria da comunidade científica.

Revisões bibliográficas sobre o tema de redes (TICHY, TUSHMAN, FOMBRUN, 1979; EBERS, JARILLO, 1997; GIGLIO, KWASNICKA, 2005) encontraram três paradigmas mais presentes; o primeiro valorizando os princípios racionais e econômicos de se construir e participar de uma rede de negócios; o segundo ressaltando os aspectos sociais que influenciam as relações de negócios e um terceiro afirmando que a sociedade, incluindo os grupos comerciais, está organizada na forma de rede.

Os paradigmas abrigam um amplo leque de teorias, modelos e metodologias. No paradigma racional-econômico, por exemplo, encontram-se teorias econômicas de custos de transação (WILLIAMSON, 1981); teoria dos jogos (JACKSON, 2003) e teoria da racionalidade limitada (CLEMEN, 1996). No paradigma social-técnico encontram-se teorias sobre governança (JONES et al., 1997), imersão social (UZZI, 1997), conflitos de interesses (ROWLEY, 1997) e abordagens que são híbridas na interface entre o modelo e a metodologia, como a Análise das Redes Sociais-ARS (CARRINGTON, SCOTT, WASSERMAN, 2005). A ARS, quando considerada como ferramenta de análise, transita entre os três paradigmas. No

paradigma da sociedade em rede encontram-se teorias sobre o novo formato social (CASTELLS, 1999), sobre o rizoma e sobre a indissociabilidade sujeito e meio (MATURANA, VARELA, 1995).

Apesar da extensão do leque de teorias, trabalhos reflexivos e bibliográficos (NOHRIA, ECLES, 1992; SMITH-DOERR, POWELL, 2005; LATOUR, 2005, RAAB, KENIS, 2009) indicam algumas convergências. Uma delas é a noção de interdependência, significando que o modo de produção e comercialização atual determina o desenvolvimento de ações coletivas, colocando a cooperação num plano superior ao da competição. Outra convergência é que para a dominância de cooperação é necessário existir comprometimento, significando que objetivos coletivos são mais importantes que os objetivos individuais. Uma terceira convergência é que as pesquisas sobre redes necessitam utilizar metodologias que sejam capazes de abarcar a complexidade dos relacionamentos atuais e que os métodos tradicionais de relação de causa e efeito são pouco adequados à tarefa, embora dominantes na academia brasileira (GIGLIO, HERNANDES, 2012). Essas convergências apontam para a crença sobre a complexidade do mundo atual, exemplificadas nas redes de negócios.

Assim, a partir de material originário de pesquisas e análises prévias dos autores em várias fontes, tais como artigos de congressos, artigos de revistas, palestras e seminários, entre outras; elegeu-se a tarefa de analisar os princípios dos paradigmas e indicar evidências sobre algumas vantagens do paradigma da sociedade em rede na explicação do fenômeno de redes.

Para realizar a tarefa, trilhou-se o seguinte caminho metodológico:

(A) Apresentação resumida dos princípios ordenadores e definidores de cada uma das três perspectivas dominantes encontradas na literatura, entre os quais a visão de natureza humana e a unidade de estudo. Os princípios foram selecionados a partir das afirmativas dos autores citados como os mais importantes naquela perspectiva.

(B) Análise comparativa dos três paradigmas, resultando num quadro que, por si, constitui uma contribuição bibliográfica do artigo. As diferenças encontradas no quadro possibilitaram a realização do próximo passo.

(C) Apresentação de algumas vantagens teóricas da perspectiva da sociedade em rede, realizando um trabalho que parte da premissa (por exemplo, todas as organizações estão em redes) para a construção de consequências teóricas (por exemplo, a liderança de uma organização depende da sua posição na rede e não apenas de seus recursos).

(D) Apresentação de algumas vantagens metodológicas da perspectiva da sociedade em rede, com o mesmo raciocínio da consequência a partir das premissas (por exemplo, se

todas as organizações estão em redes, então é possível pesquisar uma rede específica a partir de qualquer organização dentro do negócio).

(E) Apresentação de exemplos de pesquisas realizadas que mostram evidências dessas vantagens. Os exemplos não estão detalhados, considerando o objetivo de indicar as diferentes capacidades explicativas das perspectivas.

(F) Realizadas essas tarefas foi possível retornar ao foco do artigo, que é apresentar o ganho teórico e metodológico quando se adota a perspectiva da sociedade em rede.

Como consequência da exposição e divulgação do artigo espera-se contribuir para a construção de diálogos na direção de maior convergência nos conceitos e formas de pesquisa sobre redes. A multiplicidade de visões da situação atual, embora possa ser positiva no aspecto de abrigar diversas correntes, causa discussões pouco frutíferas (por exemplo, sobre empresas estarem dentro, ou fora da rede); avaliações díspares de artigos (com dois avaliadores divergindo sobre a validade da base teórica utilizada num determinado artigo) e dúvidas no planejamento e execução de pesquisas na área (por exemplo, sobre quantas empresas devem entrar na coleta).

Trabalhos anteriores sobre a produção acadêmica brasileira de redes (CABRAL, 1998; CÂNDIDO, ABREU, 2000; GIGLIO, HERNDANDES, 2012) mostraram que o amplo leque de teorias e metodologias cria dificuldades para o crescimento do conhecimento científico da área.

2. Análise comparativa dos três paradigmas

Neste item apresentam-se alguns dos princípios dos três paradigmas, com consequências nas teorias e metodologias. Os princípios foram selecionados a partir das afirmativas dos autores que são os mais citados em cada abordagem. A seleção se mostrou capaz de indicar as diferenças, as vantagens e os limites das perspectivas.

A tarefa serve a dois propósitos. O primeiro é ressaltar que a escolha de uma teoria por parte de um pesquisador contém implícita a influência do paradigma, que determina os rumos da pesquisa e os conteúdos da discussão. O paradigma racional, por exemplo, nas suas teorias mais econômicas, dirige a pesquisa para temas tais como custos de transação na formação e manutenção de um grupo; enquanto que o paradigma social, nas suas teorias sobre grupos, dirige a pesquisa para temas tais como poder e confiança.

O segundo propósito é reunir dados sobre a possível vantagem de capacidade explicativa do paradigma da sociedade em rede.

2.1. A rede como construção racional e com objetivos econômicos

A afirmativa básica deste paradigma é que a dependência de recursos e as necessidades econômicas são o motor da formação de redes. Os empresários realizam análises das vantagens de se associarem em redes e agem em função dessas análises. Um autor muito referenciado é Williamson (1981), com suas afirmativas sobre a teoria de custos de transação.

O princípio de natureza humana que está presente neste paradigma é da racionalidade do ser, de sua capacidade de escolha, mesmo quando limitada (CLEMEN, 1996). O leque de teorias a partir deste paradigma inclui abordagens estritamente econômicas, como a teoria dos custos de transação; teorias sobre ganhos e perdas; teorias da racionalidade limitada na escolha de parceiros; até teorias mais próximas de uma interface com o paradigma social, com afirmativas sobre governança, quando o termo é definido como as normas explícitas que regulam o comportamento dos participantes. Como consequência metodológica, as pesquisas buscam relações causais entre as variáveis econômicas e outras, tais como regras da rede, resultados de mercado e critérios racionais para seleção de parceiros. O campo social não é excluído, mas é colocado como uma consequência da vivência coletiva, podendo, inclusive, facilitar certas ações e decisões.

São raros os trabalhos críticos sobre os limites deste paradigma, porém é uma abordagem que não consegue explicar a complexidade das relações em redes. A confiança, por exemplo, não é facilmente investigada neste paradigma porque não se operacionaliza como uma variável isolada, e sim como um constructo de relação social. Um trabalho de análise de rede que partisse do paradigma racional econômico e se defrontasse com relações de confiança, poder, formação de subgrupos teria dificuldade de construir suas conclusões. São os limites do paradigma.

2.2. A rede como teia de relações sociais imbricadas com as relações econômicas

A afirmativa básica deste paradigma é que o comportamento dos atores é influenciado pelas relações sociais (GRANOVETTER; 1985; UZZI, 1997). O princípio de natureza humana é a tabula rasa, ou seja, a cultura e as regras sociais são gradativamente inscritas no comportamento do sujeito, na sua vivência em grupo. O comportamento de cada ator será o resultado das influências advindas do grupo.

O leque de teorias privilegia a relação social como pano de fundo do comportamento empresarial (NOHRIA, ECLES, 1992). Apesar dessa prevalência do social, Granovetter

(1985) e Uzzi (1997) afirmam existir uma indissociabilidade entre fatores sociais e econômicos. A ideia da imersão social e econômica dos atores na rede, originada e desenvolvida a partir do conceito de *embeddedness* de Polanyi (1957) e Granovetter (1985), está estreitamente vinculada ao tema do oportunismo. Quanto mais imerso e comprometido estiver o ator na rede, menos propenso a se comportar de maneira oportunista, isto é, colocando objetivos pessoais acima dos coletivos. Vale aqui comparar com as teorias do paradigma econômico, que afirmam que o comportamento oportunista é bloqueado por regras explícitas de sanções comerciais e legais. São duas visões (racional e social) sobre o mesmo fenômeno (o oportunismo).

As assertivas das redes de negócios como campo de relações sociais originam muitas discussões e pesquisas (GULATI, 1998; UZZI, 1997; MONTGOMERY, 1991; HALINEN, SALMI, AVILA, 1999; MOODY, WHITE, 2003; GIGLIO, RIMOLI, SILVA, 2008). Como consequência metodológica das assertivas, as pesquisas seguem rumos variados, ora colocando o foco na estrutura, como as pesquisas que seguem o conjunto de técnicas conhecido como Análise Social de Redes; ora colocando o foco na governança, isto é, nas regras sociais e econômicas que regulam o comportamento dos participantes; ora colocando o foco em temas até um pouco afastados de relações sociais, como a inovação.

O paradigma social abrange teorias sobre governança; teorias de análise de tarefas coletivas; e também se aproxima das teorias institucionais, quando a pesquisa abrange políticas públicas. É um vasto campo de lentes de análise, com suas consequências metodológicas, mas que, tal como no paradigma anterior, têm poucos trabalhos críticos sobre seus limites.

Um ponto que mereceria maior discussão é a amplitude dos objetos de estudo, desde relações comprador-vendedor, passando por relações em políticas públicas, chegando até as relações sociais, com manifestações na internet. Essa amplitude dificulta a caracterização do campo de Redes de Negócios, já que os conceitos estão sendo utilizados também nas redes sociais de apoio, de organizações não governamentais, de grupos de discussões na Internet. Há uma profusão de objetos, objetivos, campos de investigação e conteúdo das conclusões.

2.3. A rede como a forma atual de organização da sociedade

A afirmativa básica deste paradigma é que está em desenvolvimento uma nova forma de organização social, baseada nas múltiplas ligações que formam as redes. O princípio de

natureza humana deste paradigma é o da inevitável e indissociável ligação de cada um com muitos outros (CASTELLS, 1999), incluindo os não humanos (LATOUR, 2005).

Para Castells (1999) a sociedade atual está organizada na forma de redes, diferente da organização social anterior, de pequenos grupos, como a família. Uma empresa é e está numa rede, mesmo que seus integrantes não a reconheçam. A forma de produção interligada entre empresas seria um subsistema do sistema geral de organização da sociedade em rede.

Nessa perspectiva, as redes constituem a nova morfologia social e a difusão da lógica de redes, principalmente a afirmativa da interdependência, modifica as formas de produção, de relações de poder e de relações de consumo. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos, os avanços tecnológicos forneceram a base material para sua expansão e característica no presente.

As ideias de totalidade, interdependência, entrelaçamento indissociável aparecem em campos da Administração e Ciências correlatas. Entre os exemplos de outras áreas encontram-se as afirmativas de Husserl (1975) sobre a indissociabilidade entre o mundo e o sujeito; de Fromm (1987) sobre a necessidade de vida em conjunto e de Merleau-Ponty (1994) sobre a percepção como união indissociável com o mundo. Entre autores mais contemporâneos encontram-se Bauman (2004), sobre a liquidez do mundo contemporâneo, no sentido de labilidade das relações; as ideias de múltiplos papéis colocadas por Popcorn (1993); a imersão social colocada por Granovetter (1985); a indissociabilidade da ligação entre os seres feita por Latour (2005); o conhecimento como resultado das ligações em rede, feita por Maturana e Varela (1995). A ideia de um mundo interconectado não é nova e nem exclusiva da área de redes de negócios, mas, dentro dela, esta visão se coloca como distinta dos outros dois paradigmas.

Conforme detalhes no próximo item, o paradigma da sociedade em rede contém atributos que atravessam os campos sociais, econômicos e políticos. É uma abordagem que inclui os negócios, mas não termina neles, criando conexões com outros temas da sociedade, tais como relações sociais, comunicação e cultura (CASTELLS, 1999, 2000; CASTELLS, CARDOSO, 2005; LATOUR, 2005).

Especificamente no campo da Administração, Nohria e Ecles (1992) afirmam que o termo redes tornou-se o modo contemporâneo de se descrever e investigar organizações. As empresas estão em redes, o que modifica a forma de competição, cada vez mais ocorrendo entre grupos e não entre organizações isoladas. Os autores afirmam que existem vantagens em se investigar as empresas a partir da perspectiva de redes, tais como uma compreensão mais

adequada de liderança, de comprometimento e de posição estratégica, do que quando se utiliza a perspectiva da competição isolada.

Para apresentar o comparativo entre os três paradigmas, foram selecionadas algumas categorias que definem os princípios orientadores das teorias e que são capazes de mostrar as diferenças entre elas. O resultado pode ser visto no Quadro 1. Os resumos foram criados a partir das afirmativas dos autores mais referenciados em cada perspectiva.

Paradigma → Categoria ↓	Racional e Econômico	Social	Sociedade em Rede
Natureza humana	Racional, com processos de escolha; a racionalidade é limitada.	Social, as ações do sujeito são determinadas pelo ambiente social.	O ser está imerso em múltiplas relações, que determinam em parte seu comportamento.
Afirmativa básica sobre redes	A rede se forma por motivos e objetivos de dependência de recursos e econômicos.	A rede se forma e se desenvolve a partir de relações sociais; cada ator está imerso e comprometido na rede.	Todas as empresas estão em rede, quer tenham consciência, ou não; quer utilizem, ou não, suas conexões.
Exemplos de teorias e autores mais referenciados	Custos de Transação (Williamson,1981). Racionalidade de Escolhas (Clemen,1996). Teoria dos Jogos (Axelrod,1984).	Dinâmica de pequenos grupos (Golembiewski,1962). Teoria da Comunicação (Bitti, Zani,1993). Embeddedness (Polanyi,1957)	Sociologia de grandes grupos (Castells,2000). Teoria da Comunicação (Bitti, Zani,1993). Ecologia (Maturana, Varela,1995). Teoria do Rizoma (Deleuze, Guattari,2000)
Objeto de estudo mais frequente	As variações econômicas e de recursos na rede.	As relações sociais na rede.	O fluxo de qualquer natureza entre os atores da rede.
Objetivos de pesquisa mais frequentes	Relacionar a variável econômica com outras variáveis, tais como inovação e aprendizagem.	Verificar como temas sociais específicos, como confiança, afetam a estrutura e dinâmica das redes.	Descrever processos de fluxos sociais e econômicos de redes em qualquer estado, ou estágio de desenvolvimento.
Metodologia de Pesquisa dominante	Positivista, buscando relações causais.	Interpretativa, fenomenológica buscando relações entre variáveis e entre estrutura e dinâmica.	Modelos sistêmicos de relações bidirecionais, criando desenhos de sistemas (as redes), conforme objetivo e metodologia específicos, incluindo a interpretativa e a fenomenológica.
Estratégia de Pesquisa dominante	Quantitativa, com teste de hipótese.	Quantitativa com testes de correlações. Qualitativa descritiva e interpretativa.	Qualitativa, descritiva, historicista e interpretativa.
Técnicas de pesquisa dominantes	Uso de questionário fechado e coleta de dados secundários.	Entrevista com roteiro e questionário, acompanhamento e dados secundários.	Entrevistas com roteiro, acompanhamento e dados secundários.
Linha geral da discussão nas	Discutir as leis que determinam as relações	Discutir e defender a importância do contexto	Descrever o estado de organização e

conclusões	entre variáveis econômicas e outras, tais como número de participantes.	social nas relações comerciais, com fatores tais como o comprometimento.	desenvolvimento de redes; considerando desde estados latentes, até redes formalmente existentes.
Linha geral das críticas contra o paradigma	A racionalidade é um princípio fraco e ultrapassado na explicação de fenômenos humanos coletivos.	É muito difícil sustentar a hipótese de que a relação social é que determinou as ações, pois não há como isolar variáveis.	Uma teoria que afirma totalidade e interdependência cria dificuldades de se construir relações e modelos, ficando só nas descrições.

Quadro 1. Comparativo dos princípios de três paradigmas sobre redes.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

A disposição das colunas no Quadro 1 foi construída na perspectiva temporal, mostrando a sequência de visões de ser humano, inicialmente mais racional, depois mais social e finalmente complexo. No início do século passado predominava a visão racional do ser humano, gerando afirmativas sobre o controle do comportamento nas empresas. Com a propagação dos princípios do paradigma social, valorizou-se a influência social no comportamento humano nas organizações. A partir das abordagens da teoria dos sistemas, da fenomenologia e da complexidade desenvolveu-se a visão contemporânea da complexidade, da mutabilidade e da imprevisibilidade do ser humano, incluindo seu comportamento nas organizações. As três perspectivas convivem e são utilizadas nos estudos de redes.

3. A capacidade teórica e metodológica do paradigma da sociedade em rede

Conforme exposto, um paradigma é um conjunto de princípios que coloca uma lente sobre um fenômeno e cada teoria dentro do paradigma segue essa lente, nas explicações e na escolha das variáveis do fenômeno. No caso dos negócios, cada paradigma deve ser capaz de explicar temas como formas de organização, mecanismos de produção, formas de relações numa cadeia, vantagens competitivas, entre outros. Nos próximos parágrafos apresentam-se os argumentos sobre as contribuições da abordagem da sociedade em rede.

3.1. Contribuições teóricas do paradigma da sociedade em rede

Analisando os três paradigmas, apresentam-se os argumentos de algumas vantagens teóricas do paradigma da sociedade em rede na explicação desses temas clássicos.

A. Aproximação com a realidade e com outras correntes científicas.

Utilizando o conceito de verdade de Tarski (1969) sobre a adaptação da teoria à realidade, afirma-se que as várias evidências das complicações da vida moderna, como a poluição, o trânsito e a violência, exigem sistemas explicativos capazes de abarcar essa complexidade e que os princípios do paradigma da sociedade em rede são mais próximos dessa realidade do que os outros dois. Como argumento secundário nessa linha, foram citados vários autores de outras correntes científicas (item 2.3), advogando uma significativa mudança do modo de vida das pessoas. O paradigma da sociedade em rede está mais alinhado com esse pensamento do que os outros dois.

B. Lógica interna entre as afirmativas.

O paradigma da sociedade em rede apresenta lógica interna entre seus princípios. As afirmativas de multiplicidade, totalidade, interdependência, complexidade, entre outras, articulam-se num conjunto coerente. Os outros dois paradigmas também afirmam a complexidade, interdependência e multiplicidade nos negócios, mas também afirmam a possibilidade e a necessidade de se isolarem fatores para análises, o que é uma contradição interna. Isto leva ao próximo item.

C. Conceito de indissociabilidade.

A ideia da indissociabilidade, oriunda da complexidade (MORIN, 1991) significa que os fatores podem ser reconhecidos, pois são distintos entre si, mas não podem ser isolados para análise. É possível, por exemplo, numa fala de um ator numa reunião de empresários, reconhecer um conteúdo social de confiança, mas ele só tem sentido na sua ligação indissociável do contexto.

A filosofia da sociedade em rede afirma que estamos todos imbricados, com laços fortes e fracos; com diferentes naturezas de ligações, sejam econômicas, sociais, ou políticas e que este emaranhado de *nós* constitui a rede. Este princípio orientador leva à consequência que não é lógico e nem teoricamente sustentável isolar fatores sociais dos econômicos, ou colocar um deles como principal, o que ocorre nos outros dois paradigmas. Assim, o paradigma da sociedade em rede possibilita investigar um fator (porque ele pode ser distinguido entre outros), desde que ele continue no seu contexto (na sua imbricação com outros fatores).

Uma consequência metodológica, detalhada em item posterior, é que pesquisas que isolam fatores (por exemplo, a história do desenvolvimento da confiança numa determinada rede) limitam sua capacidade explicativa, porque o contexto faz parte do emaranhado de acontecimentos.

D. Explicação mais coerente e operacional de temas recorrentes da Administração.

O comportamento empresarial é melhor compreendido no paradigma da sociedade em rede porque temas tais como liderança, comprometimento e resultados podem ser explicados conforme a posição e as relações da empresa na rede, ao invés de se utilizar variáveis menos operacionais, como capacidade pessoal de persuasão (para explicar liderança), ou disposição psicológica para colaborar (para explicar comprometimento); ou variáveis que só tem sentido numa análise de unidade isolada, como o recurso de capital (para explicar um resultado melhor que o do concorrente). Algumas dessas variáveis pouco operacionais aparecem em pesquisas que seguem os outros dois paradigmas e mostram uma contradição entre afirmativas de totalidade e esforço de isolar variáveis. Esta contradição já havia sido exposta por Tichy, Tushman e Fombrun (1979).

E. O recurso coletivo compatível com a rede como grupo.

No paradigma econômico é necessário utilizar conceitos de capacidades próprias, que são incoerentes com ações coletivas, ou criam problemas como o controle do recurso particular. No paradigma social é necessário utilizar conceitos de grupos fechados, que são incoerentes com as ligações abertas (sistema aberto) e sem limite das relações econômicas, colocadas no próprio paradigma social. No argumento da sociedade em rede os recursos não têm exatamente um dono, mas são definidos como resultados dos processos coletivos, mesmo que se originem de recursos particulares. Esses processos coletivos estabelecem ligações sem fim e não um circuito fechado. A força de uma rede não está na soma de recursos particulares, mas nos processos de uso desses recursos (o que cria o recurso coletivo).

F. Integração dos conceitos de Rizoma, Posição, Comportamento e Inovação.

Seguindo os passos das afirmativas de Smith-Doerr e Powell (2005), as empresas estão inseridas em uma intrincada rede de relações com outras organizações e seu comportamento é determinado pela sua posição e seus fluxos na rede. O rizoma da rede se estende numa espiral sem fim, o que explica as práticas inovadoras de algumas empresas, que estão situadas na intersecção de múltiplas redes, ligadas a diversas fontes de informações, que as colocam mais rapidamente em conexão com ideias emergentes. Assim, a capacidade de inovação pode ser explicada sem necessidade de se recorrer a conceitos de capacidades individuais, ou intrincados processos nas empresas, argumentos estes que são utilizados nos outros dois paradigmas.

G. Solução da divisão dentro e fora da rede.

Se há aceitação de que as organizações estão em redes, estabelecendo vínculos diversos, com graus de frequência e natureza diversas, torna-se mais lógico afirmar que todas estão em redes e que a diferença entre grupos distintos está no estágio de desenvolvimento dos laços. Dessa forma torna-se desnecessário e até incoerente afirmar que existem empresas dentro e fora da rede. Estas divisões tornam-se problemáticas, pois exigem o indicador do *dentro, ou fora*, o que nem sempre é possível, já que as empresas podem ter ligações com instituições, como universidades, que nem estão fora e nem estão dentro. Apenas fazem parte.

Torna-se desnecessário dividir os que estão em rede, dos que não estão. A questão se resolve no estágio, ou estado de desenvolvimento das relações, podendo existir estados latentes de redes (com dominância de laços fracos), até estados de redes estabelecidas (com laços fortes e regras formais).

H. Definição de uma unidade de análise distinta.

O campo de redes possibilita a eleição de uma unidade de estudo distinta de outras áreas da Administração. A Administração é um conjunto de afirmativas de outras Ciências, tais como Economia, Sociologia e Psicologia. O paradigma racional, por exemplo, utiliza os objetos de estudo da Economia, com os custos de transações. O paradigma social escolhe os objetos da Sociologia, tais como poder e liderança.

O paradigma da sociedade em rede não exclui essas contribuições, mas exige um objeto distinto. Afirma-se que o objeto de investigação das redes a partir do paradigma da sociedade em rede é distinto dos outros, sendo o fluxo entre os atores. Esse fluxo não é estritamente econômico, ou social, podendo ser de qualquer natureza e sempre está presente, já que a sociedade está em rede. Os fluxos ocorrem entre os atores e no paradigma racional e no social a estrutura mínima é a díade (a relação entre dois atores). No paradigma da sociedade em rede a estrutura mínima é a tríade, já que nela podem surgir fenômenos como a formação de subgrupos que não ocorrem nas díades. A díade é uma estrutura limitada, pois nela pode ocorrer uma situação de hierarquia, incompatível com o princípio de interdependência, que é um dos fundamentos da rede.

I. Indicação da solução do problema estrutura e dinâmica.

Nos paradigmas racional e social há indicações da aceitação de uma estrutura formal que caracteriza a rede. As interfaces entre estrutura e dinâmica são diversas, conforme a teoria utilizada, algumas afirmando a prevalência da estrutura sobre a dinâmica e outras o contrário. Essa discussão pode ser resolvida no argumento da sociedade em rede, já que não haveria necessidade da distinção entre estrutura e dinâmica. O foco é sempre o conteúdo dos fluxos e

a estrutura se explicaria na mesma linha de raciocínio do argumento do estado de desenvolvimento da rede, ou seja, os fluxos de uma determinada rede podem sinalizar uma estrutura mais latente, ou em desenvolvimento, ou bem estabelecida. Numa estrutura bem estabelecida há presença de formalização e de relações fortes que distinguem um subgrupo em especial. As empresas desse grupo, no entanto, mantem relações com outras redes, sem o mesmo grau de formalização. A estrutura, portanto, sempre existiria, porque ela é a manifestação da organização dos fluxos, podendo se apresentar numa forma latente, até bem organizada.

É claro que cada um desses itens ensejaria uma discussão e fundamentação mais aprofundada, como é o caso do objeto de estudo de uma área, da relação entre estrutura e dinâmica, ou das noções de inclusão-exclusão, mas foge às possibilidades deste ensaio, ficando já como proposta de artigos futuros. O objetivo é apenas explicitar a essência da vantagem em cada um dos itens.

3.2. Contribuições metodológicas do paradigma da sociedade em rede

Assim como um paradigma indica o caminho dos princípios teóricos, indica também o caminho da realização de pesquisas e da interpretação dos dados. O paradigma racional e econômico, por exemplo, indica que as pesquisas devem buscar as variáveis que dependem de escolhas racionais, tais como custos de produção. Nas análises, os pesquisadores buscam determinar relações entre as variáveis selecionadas.

Analizando os três paradigmas, afirma-se existirem algumas vantagens metodológicas do paradigma da sociedade em rede na orientação de pesquisas.

A. Uso do raciocínio da complexidade.

O argumento da sociedade em rede propicia e até exige o uso da metodologia da complexidade, que se mostra capaz de investigar fenômenos sociais multifacetados. Essa metodologia advoga a dificuldade, ou até a impossibilidade de se estabelecerem relações causais estritas. Nos outros dois paradigmas predominam metodologias positivistas, buscando relações causais e análise de fatores isolados. Ocorre que as conclusões sobre essas relações de causalidade são discutíveis, já que elas necessitam serem isoladas para serem investigadas.

B. Uso da abordagem dos sistemas.

O paradigma propicia e até exige a metodologia da teoria dos sistemas, com seu princípio de retro alimentação, que é muito adequado ao estudo dos fluxos entre os atores. Nos outros dois paradigmas predominam as metodologias positivistas, num desenho de causa

e efeito, mesmo quando se investiga poder e confiança, que são constructos de difícil conceituação como variáveis isoladas. A afirmativa de interdependência, que é valorizada nas teorias de redes, encontra apoio metodológico na afirmativa da reciprocidade das influências, da teoria dos sistemas.

C. Facilidade e legitimidade na escolha dos sujeitos.

Seguindo o paradigma da sociedade em rede o sujeito pode ser qualquer empresa (ou pessoa), não importando se já existe uma pré-classificação de pertencer a uma rede. Se a sociedade está organizada em rede, consequentemente o ator escolhido está numa rede, permanecendo a tarefa de se conhecer a característica, natureza e força de suas relações. Iniciada a investigação com esse sujeito, gradativamente deve surgir o desenho de sua rede de relações, com os outros sinais que caracterizam as relações em rede, como interdependência.

D. O paradigma não reclama exclusividade

O argumento da sociedade em rede tem implícita uma lógica de coexistência com os outros dois paradigmas, aceitando as formas hierárquicas e as formas de mercado de empresas. Na perspectiva da sociedade em rede essas seriam manifestações da natureza das ligações entre os atores. A forma hierárquica, por exemplo, significa uma relação de maior dominância de uma parte para com outras. A forma de mercado significa uma ampla independência de mudança de parceiros, quando houver vantagem individual.

Assim, o argumento de uma sociedade em rede possibilita análises de relações de negócios mesmo onde, aparentemente, predominam relações de outra natureza, que não de cooperação e interdependência. Temas tais como liderança, conflitos de interesses, obtenção de recursos, vantagens estratégicas, que são alguns valorizados na Administração, poderiam ser investigados colocando-se a rede como independente, conforme pontuado por Raab e Kenis (2009).

Afirma-se que este conjunto de vantagens teóricas e metodológicas coloca o paradigma da sociedade em rede numa situação superior aos dois outros dois e, conforme se sugere, poderia ser utilizado como princípio, ou pano de fundo para os raciocínios e pesquisas no campo de redes. Outra vantagem que cabe comentar neste momento é que este paradigma não exclui os outros dois, o que não se mantém na vice versa. Assim, numa visão topológica, ele estaria num nível acima, mais básico, para modelos explicativos das redes de negócios.

3.3. A vantagem do paradigma de sociedade em rede a partir de exemplos de pesquisas.

Neste item apresentam-se os resultados de pesquisas realizadas pelos autores que servem de exemplos na sustentação das vantagens do paradigma da sociedade em rede.

Em pesquisa qualitativa e descritiva, que buscava compreender a formação de redes de negócios no município de São Roque, foram realizadas entrevistas com roteiro estruturado, selecionando-se atores do governo e empresários citados como importantes por técnicos, professores e funcionários do governo. O roteiro privilegiava as categorias sociais e de dependência de recursos na formação de redes. Utilizando a técnica de análise temática (BARDIN, 1977) verificou-se que existiam laços e fluxos entre organizações, mesmo sem a presença de regras formais, ou contratos entre eles. Coletando dados secundários, oriundos de documentos e entrevistas técnicas, para conhecer o contexto social e econômico do município, os planos de desenvolvimento do governo e as ações dos empresários; percebeu-se que existiam vários movimentos de coalizões entre empresários, governo e instituições locais, para desenvolvimento da região.

Com os dados coletados das entrevistas e fontes secundárias, os quais incluíam informações sobre relações fortes, fracas, potenciais, terminadas, processos interdependentes, comprometimento e oportunismos; foi possível construir mapas de sete redes, em diferentes estágios de desenvolvimento e entrelaçadas entre si, tendo como *nó* central a Secretaria de Desenvolvimento do Município. Os motivos para as ligações foram variados, entre econômicos (partilhar os custos de propaganda local), sociais (confiança no Secretário, obrigações por parentesco, pressão de grupo), institucionais (pressão do governo para adesão ao programa de desenvolvimento) e situacionais (relatório técnico de instituto de pesquisa que atua na região).

Os dados mostraram que a investigação de qualquer um dos atores, escolhidos apenas por facilidade de contato, levou sempre ao desenho de uma rede, com sinais da presença de interdependência, ações coletivas e comprometimento, que são fundamentos das redes. A rede do chamado roteiro do vinho de São Roque, por exemplo, que é a denominação de um espaço físico de uma rodovia, com vários restaurantes, comércio de vinho, pousadas e locais de entretenimento; é a que está mais desenvolvida, quando se considera a solução de conflitos entre os participantes, a consciência da necessidade de ação coletiva, a existência de algumas regras de inclusão e as ações que indicam sinergias. A rede menos desenvolvida nesses itens,

que é a do Roteiro do Centro (comércio varejista), apresenta conflitos ainda não resolvidos e baixa consciência da necessidade de ação coletiva.

Comparando as informações prévias dos autores, que indicavam a existência de uma única rede (Roteiro do Vinho) e os resultados encontrados (seis redes caracterizadas e movimentos de formação de outras), pode-se afirmar que a perspectiva da sociedade em rede foi mostrou-se capaz de indicar redes onde os outros dois paradigmas teriam dificuldades.

Outro trabalho dos autores, ainda inédito, teve como objetivo específico investigar a validade da escolha aleatória de sujeitos, que é uma consequência da afirmativa que todas as organizações estão em redes. O trabalho foi realizado numa plataforma qualitativa e descritiva, utilizando um roteiro semelhante ao do trabalho anterior, com variáveis sociais e econômicas. A diferença foi a eliminação de questões específicas sobre nascimento de rede, que existia no anterior.

Seguindo à risca a aleatoriedade, os autores buscaram contatos com pequenas empresas próximas do seu trabalho, sem qualquer outra referência. Assim, houve um primeiro sujeito dono de uma padaria, um primeiro sujeito dono de uma oficina e um primeiro sujeito gerente de uma escola particular fundamental. Utilizando a técnica de bola de neve (NOY, 2008), ao final da entrevista solicitou-se que o sujeito indicasse outra pessoa para a pesquisa, com a qual tivesse relações sociais e comerciais constantes. Tal como no trabalho anterior, ocorreu o mesmo resultado de se encontrar uma rede de relações com conteúdo de interdependência, partilha, comprometimento, solução de assimetrias; que são algumas das categorias básicas que caracterizam o formato de redes. A pesquisa evoluiu até a quarta indicação de sujeitos, tornando possível desenhar as redes e comentar sobre as diferenças entre elas. Em nenhum dos casos se encontrou uma rede formal, mas os conteúdos dos fluxos sinalizam para a existência de redes.

Pode-se afirmar que a sustentação da regra metodológica da aleatoriedade inicial de escolha de sujeitos, para se encontrar as redes a partir de qualquer *nó* é, por extensão, a sustentação da afirmativa da sociedade em rede, conforme se encontra em Castells (1999), Nohria e Eccles (1992). Nos dois exemplos as redes não teriam se revelado se as pesquisas utilizassem premissas de redes formais.

Concluindo este item, apresentou-se a vantagem do paradigma da sociedade em rede em explicar os fenômenos investigados na Administração, tais como formas de organização, mecanismos de produção, formas de relações numa cadeia, vantagens competitivas, entre outros. Foram apontadas nove vantagens teóricas, cada uma das quais ensejando uma

discussão mais profunda; quatro vantagens metodológicas, incluindo a facilidade de escolha de sujeitos e dois exemplos de pesquisas, bem resumidos, que concluíram sobre a existência de redes, mesmo sem a formalidade de grupo. O conjunto de quinze pontos apresentados (9+4+2) constitui, ao nosso ver, defesa embasada do argumento da sociedade em rede.

4. Comentários finais

O objetivo do ensaio foi comparar os paradigmas de redes de negócios e apresentar a defesa da linha do argumento de uma sociedade em rede, afirmando que ela é competente para explicar fenômenos coletivos e oferece algumas vantagens teóricas, metodológicas e de aplicação na realização de pesquisas na comparação com os outros dois paradigmas.

A partir de análises bibliográficas encontradas na literatura (TICHY, TUSHMAN, FOMBRUN, 1979; EBERS, JARILLO, 1997; GIGLIO, KWASNICKA, 2005) foi possível construir o Quadro 1, que contém os princípios constituintes dos três paradigmas dominantes nas pesquisas sobre redes. As categorias ali presentes surgiram dos próprios textos investigados.

Resumidamente, o paradigma racional econômico afirma que as redes se formam por motivos racionais de escolha de parceiros que possam oferecer vantagens econômicas e de recursos. O paradigma utiliza o recurso da relação causal estrita, bastante utilizado em pesquisas brasileiras (GIGLIO, HERNANDES, 2012). O paradigma social tem como princípio a tese que as redes se formam a partir de experiências sociais prévias e se desenvolvem por causa dessas relações. Conforme a linha e o autor, pode-se encontrar o recurso da relação causal estrita, como por exemplo em Gulati (1998) afirmando que a parceria de negócios tem a variável da rede social como antecedente; até o recurso próximo da complexidade e do sistemismo, como, por exemplo, no conceito de indissociabilidade do social e do técnico (GRANOVETTER, 1985).

Já o paradigma da sociedade em rede tem como princípio a tese que a sociedade atual está organizada na forma de redes, quer os atores utilizem, ou não, suas conexões. As afirmativas de instantaneidade, simultaneidade e imprevisibilidade do caminho das conexões colocam este paradigma muito próximo da filosofia da complexidade. Conforme Morin (1991), que é um dos representantes da complexidade, os fenômenos humanos são imprevisíveis, incertos, complexos; tanto no sentido de multiplicidade de variáveis, quanto no sentido de não separação e análise de uma variável específica.

A partir da análise das diferenças entre os paradigmas e considerando a convergência da literatura sobre os fatores que caracterizam o fenômeno de redes, tais como complexidade, imprevisibilidade, interdependência e comprometimento; apresentaram-se quinze argumentos a favor da perspectiva da sociedade em rede, posicionando-a como mais capaz e competente para explicar e mostrar caminhos de investigação do fenômeno de redes. São nove argumentos sobre vantagens teóricas, quatro metodológicas e dois exemplos de pesquisas realizadas pelos autores utilizando a teoria e metodologia decorrente da sociedade em rede.

Entre algumas vantagens consideradas relevantes pelo seu impacto na construção do conhecimento sobre redes e no planejamento de pesquisas podem-se citar a capacidade de incluir e lidar com a afirmativa de indissociabilidade de fatores; a indicação do caminho de solução da divisão entre dentro e fora da rede (a divisão deixa de existir); a definição mais clara e distinta do objeto de investigação, que é o fluxo entre os atores; a indicação da solução do dilema entre a dinâmica e a estrutura, colocando a estrutura como uma das formas de manifestação da dinâmica das redes; e a validade de escolha aleatória de sujeitos no início de uma pesquisa.

O paradigma da sociedade em rede se desenvolve paralelo a correntes contemporâneas de explicação do comportamento humano, principalmente na Sociologia, Psicologia e Antropologia, no sentido de labilidade, imprevisibilidade e incerteza das ações e ligações entre as pessoas. Fica cada vez mais difícil defender o argumento de um mundo organizado, com previsão do comportamento humano, com papéis definidos e com hierarquia claramente estabelecida (BAUMAN, 2004; POPCORN, 1993; GRANOVETTER, 1985; LATOUR, 2005; MATURANA, VARELA, 1995).

Assim, a defesa do argumento da sociedade em rede contribui para indicação da possibilidade da construção e estabelecimento de uma perspectiva mais alinhada com os fatos e os modelos explicativos contemporâneos, já que a análise bibliográfica indicou que as perspectivas racionais-econômicas e sociais são as dominantes.

No plano teórico o artigo indica qual o caminho de argumentação para a solução (ou dissolução) de dilemas que se discutem há tempo, tais como a divisão entre *fora e dentro* da rede e a divisão entre dinâmica e estrutura. Ao se partir do princípio da sociedade em rede, a divisão dentro e fora deixa de existir, surgindo em seu lugar o argumento de configurações de redes mais desenvolvidas, o que inclui a existência de uma estrutura de posições e papéis dentro do grupo mais restrito; até redes pouco desenvolvidas, com baixa consciência da necessidade de ação coletiva, com conflitos não resolvidos causados por assimetrias e, como

consequência, a ausência de uma estrutura formal definida. Substitui-se o descontínuo pelo contínuo, com sua evidente vantagem de não ser necessário apresentar o ponto de descontinuidade.

Metodologicamente o princípio da sociedade em rede resolve a questão crítica operacional de se encontrarem redes formalmente organizadas para se realizarem as pesquisas, principalmente quando se utiliza o paradigma racional. Na perspectiva da sociedade em rede há lógica e coerência em escolher qualquer sujeito para iniciar a investigação e desenhar a rede de relações em que ele está imerso. Além da sustentação lógica dessa ação; foram também apresentados alguns resultados de pesquisas que mostraram ser possível desenhar o mapa de redes a partir de qualquer sujeito.

A defesa da sociedade em rede aparece em Castells (1999), Nohria e Eccles (1992), Raab e Kenis (2009), ao afirmarem que a sociedade em rede está ganhando legitimidade social e científica. Segundo os autores, essa perspectiva não exclui a racionalidade e nem o fundo social das relações, mas estaria num nível acima delas, numa nova ordem social, diferente da organização social anterior de pequenos grupos fechados. Nesse novo formato social existem ligações fortes, fracas e potenciais na rede de atores, criando interdependência, dispersando o poder e a hierarquia, modificando o modo de produção e as formas de relacionamentos; tudo sustentado pelas ferramentas de comunicação. As relações sociais e racionais seriam manifestações da sociedade em rede. É uma posição que fica como sugestão para discussões futuras, já que ela supõe não uma distinção entre três paradigmas, mas o terceiro englobando os dois primeiros.

O artigo defendeu que o uso da perspectiva da sociedade em rede nas discussões e pesquisas sobre redes oferece um ponto de partida coerente com os movimentos explicativos atuais sobre o ser humano; resolve alguns entraves teóricos causados por dilemas; indica um objeto de estudo definido e distinto para a área (o conteúdo dos fluxos entre o mínimo de três atores), o qual não se confunde com objetos da Psicologia, Sociologia e Comunicação; autoriza algumas ações de pesquisa, como a seleção de sujeitos, que facilitam a execução do campo e, não menos importante, coloca sobre a mesa a discussão sobre os modelos de negócios e sobre as teorias da Administração, quando envolvem ações coletivas.

Referências

AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. New York: Basic Books, 1984.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

- BAUMAN, Z. **Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos**. São Paulo: Zahar, 2004.
- BITTI, P.; ZANI, B. **A Comunicação como processo social**. Lisboa: Estampa, 1993.
- CABRAL, A. Reflexões sobre a Pesquisa nos Estudos Organizacionais: Em Busca da Superação da Supremacia dos Enfoques Positivistas. In **ENANPAD- Anais do Congresso ENANPAD**, 1998.
- CÂNDIDO, G.; ABREU, A. Os conceitos de redes e as relações interorganizacionais: Um estudo exploratório. In **ENANPAD - Anais do Congresso ENANPAD**, 2000.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, v.1, 1999.
- CASTELLS, M. Materials for an exploratory theory of the network society. **British Journal of Sociology**, v.51, n.1, p.5-24, Jan/Mar, 2000.
- CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **The network society. From knowledge to policy**. Washington: John Hopkins, 2005.
- CARRINGTON, P.; SCOTT, J.; WASSERMAN, S. **Models and Methods in Social Network Analysis**. Cambridge: Cambridge Press, 2005.
- CINNER, J.; BODIN, O. Livelihood diversification in tropical coastal communities: a network-based approach to analyzing 'livelihood landscapes'. **PLoS ONE**, v.5, n.8, p.1-13, 2010.
- CLEMEN, R. **Making hard decisions**. Duxbury: Belmont, 1996, 2ª.ed.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- DWYER, F.; SCHURR, P.; OH, S. Developing Buyer-Seller Relationships. **Journal of Marketing**, v.51, n.2, p.11-27, 1987.
- EBERS, M.; JARILLO, J. The construction, forms and consequences of industry networks. **International Studies of Management and Organization**, v.27, n.4, p.3-21, 1997-98.
- FROMM, E. **Ter ou Ser**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- GIGLIO, E.; HERNANDES, J. Discussões sobre a Metodologia de Pesquisa sobre Redes de Negócios Presentes numa Amostra de Produção Científica Brasileira e Proposta de um Modelo Orientador. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios -RBGN**, v.14, n.42, p.78-101, 2012.
- GIGLIO, E.; KAWSNICKA, E. O lugar do consumidor nos textos sobre redes. In **ENANPAD – Anais do Congresso ENANPAD**, 2005.

GIGLIO, E.; RIMOLI, C.; SILVA, R. Reflexões sobre os fatores relevantes no nascimento e crescimento de redes de negócios na agropecuária. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v.10, n.2, p.279-292, 2008.

GLASBERGEN, P. Global action networks: agents for collective action. **Global Environmental Change-Human and Policy Dimensions**, v.20, n.1, p.130-141, 2010.

GOLEMBIEWSKI, R. **The Small Group: An Analysis of Research Concepts and Operations**. Chicago: Univ. Chicago Press, 1962.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **The American Journal of Sociology**, v.91, n.3, p.481-510, 1985.

GULATI, R. Alliances and networks. **Strategic Management Journal**, v.19, n.4, p.293-317, 1998.

HAKANSSON, H.; SNEHOTA, I. **Developing Relationships in Business Networks**. London: T.J. Press, 1995.

HALINEN, A.; SALMI, A.; AVILA, V. From dyadic change to changing business networks: An analytical framework. **Journal of Management Studies**, v.36, n.6, p.779-794, 1999.

HUSSERL, E. **A Filosofia como ciência do rigor**. Coimbra: Atlantida, 1975.

JACKSON, M. A Survey of Models of Network Formation: Stability and Efficiency. In DEMANGE, G.; WOODERS, M. **Group Formation in Economics: Networks, Clubs, and Coalitions**, Cambridge University: Press: Cambridge, 2003.

JONES, C.; HESTERLY, W.; BORGATTI, S. A general theory of network governance. **The Academy of Management Review**, v.22, n.4, p.911-945, 1997.

KENIS, P.; SCHNEIDER, V. Policy Networks and policy analysis: scrutinizing a new analytical toolbox. In MARIN, B.; MAYNTZ (org). **Policy Networks**. Frankfurt: Campos, 1991, Cap.2, p.25- 59.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LATOUR, B. **Reassembling the social**. Oxford: Oxford Press, 2005.

MATURAMA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**. Campinas: Editorial Psy, 1995.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MOODY, J.; WHITE, R. Structural Cohesion and Embeddedness: A Hierarchical Concept of Social Groups. **American Sociological Review**, v.68, n.1, p.103-127, 2003.

MONTGOMERY, J. Social networks and labor-market outcomes: Toward an economic analysis. **The American Economic Review**, v.81, n.5, p.1408-1418, 1991.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

- NOHRIA, N.; ECLES, R. **Networks and organizations: Structure, form, and action**. Boston: Harvard Business School, 1992.
- NOY, C. Sampling Knowledge: The Hermeneutic of Snowball Sampling in Qualitative Research. **International Journal of Social Research Methodology**, v.11, n.4, p.327-344, Oct., 2008
- PEREIRA, R. A Influência das Organizações em Redes no Papel e nas Atividades de Marketing. In **ENANPAD - Anais do Congresso ENANPAD**, Salvador, 2002.
- POLANYI, K. The Economy as Instituted Process. In GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. **The Sociology of Economic Life**. Boulder, CO: Westview Press, 1957, p.243-270.
- POPCORN, F. **O relatório Popcorn**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- RAAB, J.; KENIS, P. Heading toward a society of networks: Empirical developments and theoretical challenges. **Journal of Management Inquiry**, v.18, n.3, p.198-210, 2009.
- ROWLEY, T. Moving beyond dyadic ties: A network theory of stakeholders influence. **Academy of Management Review**, v.22, n.4, p.887-910, 1997.
- SMITH-DOERR, L.; POWELL, W. Networks and Economic Life. In SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (org.). **The Handbook of Economic Sociology**; second edition; Princeton: Russell Sage, 2005, p.379-402.
- VERSCHOORE, J.; BALESTRIN, A. Fatores competitivos das empresas em redes de cooperação. In **ENANPAD- Anais do Congresso ENANPAD**, 2006.
- TARSKI, A. Truth and Proof. **Scientific American**, June, p.63-77, 1969.
- TICHY, N.; TUSHMAN, M.; FOMBRUN, C. Social Networks Analysis for Organizations. **Academy of Management Review**, v.4, n.4, p.507-519, 1979.
- UZZI, B. Social structure and competition in interfirm networks: The paradox of embeddedness. **Administrative Science Quarterly**, v.42, n.1, mar., p.35-67, 1997.
- WILLIAMSON, O. The economics of organization: The Transaction Cost Approach. **The American Journal of Sociology**, v.87, n.3, p.548-577, 1981.
-